De Rafael Correa a Guillermo Lasso

Por **ERIC TOUSSAINT***

A divisão da esquerda deu a vitória à direita nas eleições equatorianas

Em 11 de abril de 2021, no segundo turno das eleições presidenciais, Guillermo Lasso, o candidato da direita, derrotou Andrés Arauz, o candidato apoiado por Rafael Correa e parte da esquerda. Lasso foi eleito graças à divisão da esquerda, uma vez que uma grande parte da esquerda, que havia perdido toda a confiança em Rafael Correa, pediu o voto nulo. Os votos do campo popular, que teve uma clara maioria no primeiro turno das eleições de fevereiro de 2021, foram divididos e isso permitiu que um ex-banqueiro fosse eleito presidente. A situação é grave porque se perdeu uma oportunidade de romper com as políticas de Lenin Moreno. Lasso, embora crítico das posições de Lenin Moreno, vai continuar com as políticas neoliberais, submissão aos interesses privados, especialmente aos poderosos bancos equatorianos, e à superpotência norte-americana. Como é possível que uma parte importante dos votos do acampamento popular não tenha ido a Andrés Arauz para impedir a eleição de Guillermo Lasso? Isto pode ser explicado pela rejeição das políticas de Rafael Correa, especialmente desde 2011, por parte da esquerda, especialmente na CONAIE, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador e a FUT, a Frente Unida dos Trabalhadores.

A eleição de Lasso como presidente abre uma nova etapa na implementação de uma política ainda mais favorável à grande capital equatoriana, às multinacionais estrangeiras, à aliança entre os presidentes de direita na América Latina e à continuação e até mesmo ao fortalecimento do domínio americano no continente. O resultado eleitoral de 11 de abril de 2021 é um dia sombrio para o acampamento popular. Para entender como uma parte importante do campo popular se recusou a convocar uma votação a favor de Arauz para derrotar Lasso, é necessário analisar as políticas seguidas por Rafael Correa depois que ele foi reeleito presidente em 2010.

Um lembrete das políticas de Rafael Correa de 2007 a 2010

Comecemos lembrando a presidência de Rafael Correa de 2007 a 2010. O Equador forneceu um exemplo de um governo que tomou a decisão soberana de investigar o processo da dívida para identificar dívidas ilegítimas e depois suspender o pagamento. A suspensão do pagamento de grande parte da dívida comercial, seguida de sua recompra a um custo mais baixo, demonstra que o governo não se limitou a fazer discursos de denúncia. Em 2009, o governo reestruturou unilateralmente parte de sua dívida externa e conquistou uma vitória contra seus credores privados, principalmente bancos americanos. Em 2007, o governo do Equador, no início da presidência de Rafael Correa, entrou em conflito com o Banco Mundial. Entre 2007 e 2010, várias políticas positivas importantes foram implementadas ou iniciadas: uma nova constituição foi aprovada democraticamente, anunciando mudanças importantes que não foram real ou profundamente implementadas; a base militar americana em Manta, na costa do Pacífico, foi encerrada; foi feita uma tentativa de criar um Banco do Sul com Argentina, Venezuela, Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai; o tribunal do Banco Mundial foi abandonado.

A mudança de Rafael Correa em 2011

O ano de 2011 certamente marcou uma mudança na política governamental equatoriana em várias frentes, tanto social como ecologicamente, no comércio e na dívida. Os conflitos entre o governo e vários movimentos sociais importantes como a CONAIE, por um lado, a Frente Unitária dos Trabalhadores, os sindicatos da educação, o movimento de mulheres e o

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

movimento estudantil, por outro, apodreceram. Por outro lado, Correa fez progressos nas negociações comerciais com a UE, nas quais o presidente multiplicou as concessões. Em termos de dívida, desde 2014, o Equador começou a aumentar gradualmente seu recurso aos mercados financeiros internacionais, sem esquecer as dívidas já contraídas com a China. Na frente ecológica, em 2013, o governo Correa abandonou o projeto de não exploração de petróleo em uma parte muito sensível da Amazônia.

O abandono da Iniciativa Yasuní-ITT em 2013

A iniciativa Yasuní-ITT foi apresentada por Rafael Correa em junho de 2007. Consistia em deixar debaixo da terra 20% das reservas de petróleo do país no solo (cerca de 850 milhões de barris de petróleo), localizado em uma região de megadiversidade, o Parque Nacional Yasuní, no nordeste da Amazônia. Como explica Mathieu Le Quang:

Para compensar as perdas financeiras da não exploração do campo, o Estado equatoriano exigiu dos países do Norte uma contribuição financeira internacional equivalente à metade do que poderia ter ganho com a exploração (3,6 bilhões de dólares com base no preço do petróleo em 2007). Esta política ambiciosa, especialmente em seus objetivos de mudar a matriz energética do país que, embora explore e exporte seu petróleo, é também importador de seus derivados e continua dependente para a geração de eletricidade.

E ele continua:

Uma forte decisão do governo equatoriano foi ter registrado a Iniciativa Yasuni-ITT na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, ou seja, ter enfatizado a "não-emissão de gases de efeito estufa" que seria gerada pela "não-exploração de petróleo".

Em agosto de 2013, Rafael Correa, que havia sido reeleito presidente do Equador pela terceira vez em fevereiro, com mais de 57% dos votos no primeiro turno, anunciou o fim do projeto. Ele justificou sua decisão pela real falta de firmeza dos compromissos assumidos pelos diferentes países para financiar a não exploração do petróleo Yasuní-ITT.

Fundamentalmente, durante a presidência de Rafael Correa, não houve abandono do modelo extrativista-exportador. Isto consiste em um conjunto de políticas destinadas a extrair a máxima quantidade possível de bens primários (combustíveis fósseis, minerais, madeira, etc.) do subsolo ou da superfície do solo, ou produzir a máxima quantidade possível de produtos agrícolas com o objetivo de exportá-los para o mercado mundial (no caso do Equador, bananas, açúcar, palma africana, flores, brócolis, etc.). Em relação à produção de brócolis no Equador, François Houtart escreveu:

Vale citar o estudo feito em 2013 sobre a produção de brócolis na região de Pujilí, na província de Cotopaxi. 97% da produção de brócolis é exportada para países, a maioria deles capazes de produzir brócolis (EUA, UE, Japão), devido às vantagens comparativas, baixos salários, leis ambientais menos exigentes. A empresa de produção monopoliza a água, que (não mais) é suficiente para as comunidades vizinhas; ela bombardeia as nuvens para evitar que as chuvas caiam sobre os brócolis, mas sobre a área ao redor. São utilizados produtos químicos, mesmo a menos de 200 metros das casas, conforme exigido por lei. As águas contaminadas correm para os rios. A saúde dos trabalhadores é afetada (pele, pulmões, cânceres). Os contratos são feitos por semana, com um capataz que recebe 10% do salário, o que evita a previdência social. As horas extras muitas vezes não são pagas. A empresa que processa brócolos para exportação trabalha 24 horas em três turnos. Não era raro que os trabalhadores fossem forçados a trabalhar em dois turnos seguidos. O sindicato está proibida. Além disso, as duas empresas, agora fundidas, tinham seu capital, uma no Panamá e a outra nas Antilhas Holandesas.

Além disso, deve se agregar a exportação de camarões e atuns cultivados (pescados industrialmente).

Este modelo tem muitos efeitos nocivos: destruição do meio ambiente (minas a céu aberto, desmatamento, poluição dos cursos d'água, salinização/poisonização/erosão dos solos, redução da biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa…), destruição da subsistência natural de populações inteiras (povos nativos e outros); esgotamento dos recursos naturais não renováveis; dependência dos mercados mundiais (bolsas de mercadorias ou de produtos agrícolas) onde os preços dos produtos de exportação são determinados; manutenção de salários muito baixos para manter a competitividade; dependência de tecnologias desenvolvidas pelos países mais industrializados; dependência de insumos (pesticidas, herbicidas, sementes transgênicas ou não, fertilizantes químicos…) produzidos por algumas poucas grandes empresas transnacionais (a maioria delas procedente dos países mais desenvolvidos); dependência da situação econômica e

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

financeira internacional.

François Houtart, que acompanhou de perto o processo equatoriano e apoiou as políticas de Rafael Correa, não deixou de expressar suas críticas, que ele havia comunicado ao governo. Pouco antes de sua morte em Quito, ele escreveu sobre a política agrícola:

Estas políticas também são de curto prazo. Eles não levam em conta as mudanças naturais e seus efeitos a longo prazo, a soberania alimentar, os direitos dos trabalhadores, a origem da pobreza rural. Eles enfatizam um modelo agro-exportador apresentado como um objetivo, sem indicar as consequências.

E precisava:

Como autores, nos perguntamos em nosso relatório se era possível construir o socialismo do século 21 com o capitalismo do século 19 (…) Mais uma vez na história, é o campo e seus trabalhadores que pagam o preço da modernização. Este foi o caso do capitalismo europeu no século XIX, da União Soviética na década de 1920 e da China após a Revolução Comunista.

Rafael Correa e os movimentos sociais: uma relação conflituosa

O governo de Rafael Correa teve grande dificuldade em levar em conta as contribuições de um certo número de organizações sociais de primeiro plano. A linha política de Correa e a liderança da Alianza País, seu movimento político, consistiu em confrontar o máximo possível a maior organização indígena, a CONAIE, o maior sindicato de professores – o Sindicato Nacional dos Educadores, UNE – o sindicato da empresa Petroecuador (companhia nacional de petróleo), e um número considerável de organizações sociais, especialmente as organizações sindicais agrupadas na FUT e o movimento de mulheres. Deve-se lembrar que a FUT permaneceu o eixo de resistência durante o governo Correa. Todas estas organizações eram atacadas regularmente pelo poder executivo, que as acusava de se mobilizarem em bases corporativas para defender seus privilégios. Além disso, Rafael Correa não levou em conta a demanda histórica, levantada principalmente pela CONAIE, pela integração do componente indígena no processo de tomada de decisões sobre todas as principais questões que afetam as linhas de ação do governo. Por sua vez, a CONAIE, que lutava para que os princípios gerais da Constituição fossem transcritos em lei, não hesitou em confrontar Correa. Em várias ocasiões, o governo tentou impulsionar medidas, mas sem antes organizar um diálogo com as organizações dos setores sociais afetados. Esta linha nos faz lembrar a política do governo Lula no Brasil, quando empreendeu uma reforma neoliberal do sistema previdenciário em 2003. Lula realizou uma campanha para esta reforma atacando as conquistas dos trabalhadores do serviço público, que foram apresentados como privilegiados.

Entre as disputas mais sérias, que se opõem ao poder executivo às organizações sociais equatorianas, está o projeto de lei sobre a água, por um lado, e a política de abertura de Rafael Correa ao investimento privado estrangeiro na indústria de mineração e petróleo, por outro. A economia equatoriana se baseia principalmente nas receitas do petróleo. Não se deve esquecer que em 2008, o petróleo representou 22,2% do PIB, 63,1% das exportações e 46% do orçamento geral do Estado. Durante uma assembleia extraordinária realizada em 8 e 9 de setembro de 2009 em Quito, a CONAIE criticou fortemente as políticas de Correa, que denunciou como neoliberais e capitalistas. A declaração da CONAIE afirmava: "(se) exige que o Estado e o governo nacionalizem os recursos naturais e implementem uma auditoria das concessões de petróleo, mineração, água, hidráulica, telefone, rádio, televisão e serviços ambientais, dívida externa, cobrança de impostos e recursos da previdência social", bem como "a suspensão de todas as concessões (extrativas, petrolíferas, florestais, hídricas, hidrelétricas e aquelas ligadas à biodiversidade).

Depois de 30 de setembro de 2009, a CONAIE tomou medidas, organizando comícios e bloqueios de estradas contra o projeto de lei sobre a água. O presidente Correa reagiu opondo-se às mobilizações contra o governo e, em princípio, a quaisquer negociações, e depois levantou suspeitas sobre o movimento indígena, alegando que a direita, e em particular o ex-presidente Lucio Gutiérrez, havia se tornado ativo dentro dele. Finalmente, a CONAIE obteve uma negociação pública ao mais alto nível: 130 delegados indígenas foram recebidos na sede do governo pelo Presidente Correa e vários ministros e obteve que o governo recuasse em vários pontos, especialmente com o estabelecimento de um diálogo permanente entre a CONAIE e o Executivo, e com emendas aos projetos de lei sobre água e sobre indústrias extrativas.

Outro conflito social também eclodiu quando professores se mobilizaram contra o governo, sob a égide da UNE, principal sindicato da categoria (na qual o partido MPD – Movimientopular Democrático, braço eleitoral do Partido Comunista

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

Marxista-Leninista do Equador – exerce uma influência importante). Aqui também, o conflito finalmente terminou em um diálogo. Em novembro e dezembro de 2009, uma terceira frente social se desenvolveu com o movimento de protesto nas universidades, contra um projeto de reforma que visa principalmente reduzir a autonomia universitária, que é considerada na América Latina como um avanço social irreversível e uma garantia de independência em relação aos poderes políticos.

Globalmente, o governo de Rafael Correa mostrou rapidamente seus sérios limites quando se tratou de definir uma política que levasse em conta o ponto de vista dos movimentos sociais, sem confronto.

Em 2010 e 2014, houve importantes mobilizações sociais contra as políticas do governo Correa. As demandas levantadas pelas organizações que, em torno da CONAIE, convocaram a luta em junho de 2014, explicam muito sobre a orientação do governo: resistência à mineração e à extração de petróleo, à criminalização do protesto social, um novo código do trabalho, outra política de energia e água, rejeição da reforma da Constituição que permitiria a reeleição indefinida, rejeição da assinatura de um Tratado de Livre Comércio com a União Européia, direitos das comunidades indígenas e, em particular, a rejeição do fechamento de escolas comunitárias. Com relação ao desejo do governo de Correa de fechar escolas comunitárias, François Houtart escreveu em 2017:

O plano de fechar 18.000 escolas comunitárias (denominadas "de pobreza") em favor das "escolas do milênio" (no início de 2017: 71 construídas, 52 em construção: e no final de 2017, 200 em operação) acentua os problemas. Sem dúvida estas escolas do milênio estão bem equipadas, com professores competentes, mas dentro de uma filosofia em ruptura com a vida tradicional e com uma abertura para uma modernidade hoje questionada por suas consequências sociais e ambientais. Também não respondem facilmente ao princípio constitucional da educação bilíngüe. Além disso, o sistema de transporte em vários casos não tem sido capaz de atender às necessidades e obriga os estudantes a caminhar por horas em caminhos em más condições, causando também uma alta taxa de absenteísmo.

Em dezembro de 2014, Rafael Correa quis expulsar a CONAIE de suas instalações, o que levou numerosas organizações equatorianas e estrangeiras a exigir que o governo revertesse esta decisão. Aqui também, o governo recuou. No final de 2017, o governo Correa queria retirar o status legal de uma organização ambiental de esquerda chamada Acción Ecológica. Foi necessária uma onda de protestos nacionais e internacionais para que as autoridades finalmente renunciassem a este ataque à liberdade.

Conclusão sobre a presidência de Rafael Correa

Desde o início de seu primeiro mandato, Rafael Correa compôs seu governo cuidando para que ministros da esquerda e ministros mais ou menos diretamente ligados a diferentes setores da classe capitalista tradicional equatoriana coexistissem, e isso levou a arbitragens perpétuas. Com o tempo, Correa fez cada vez mais concessões a grandes capitais, sejam eles nacionais ou internacionais.

Apesar de uma retórica a favor da mudança do modelo produtivo e do "socialismo do século 21", em dez anos de presidência Correa não iniciou nenhuma modificação profunda da estrutura econômica do país, das relações de propriedade e das relações entre as classes sociais. Alberto Acosta, ex-ministro da Energia em 2007, ex-presidente da Assembléia Constituinte em 2008 e oponente de Rafael Correa desde 2010, escreveu com seu colega John Cajas Guijarro que:

A falta de uma transformação estrutural faz com que o Equador continue sendo uma economia capitalista ligada à exportação de matérias-primas e, portanto, ligada a um comportamento cíclico de longa data ligado às demandas de acumulação de capital transnacional. Tal comportamento cíclico de longa data é originado pelas contradições do próprio capitalismo mas, ao mesmo tempo, é altamente influenciado pela dependência da exportação massiva de produtos primários quase não processados (extrativismo). Em outras palavras, a exploração capitalista – tanto da força de trabalho quanto da Natureza – em função das demandas internacionais, mantém o Equador "acorrentado" a um balanço de animações econômicas e crises que se originam tanto interna quanto externamente.

Lenín Moreno ou o retorno das políticas neoliberais e a submissão aos

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

interesses de Washington

Em 2017, no final do mandato presidencial de Rafael Correa, e no momento em que ele foi sucedido como presidente por Lenín Moreno (candidato apoiado por Correa), a dívida ultrapassou o nível alcançado dez anos antes. Moreno chamou rapidamente o FMI novamente. Isto provocou fortes protestos populares em setembro-outubro de 2019, o que forçou o governo a capitular para as organizações populares e abandonar o decreto que provocou a revolta.

Deve-se lembrar também que o governo de Rafael Correa havia oferecido asilo a Julian Assange na embaixada do Equador em Londres desde junho de 2012. Correa resistiu à pressão da Grã-Bretanha e de Washington para entregá-lo. Lenin Moreno, que sucedeu Rafael Correa em 2017, caiu na ignomínia ao entregar Assange à justiça britânica em abril de 2019 e destituí-lo da nacionalidade equatoriana que o governo de Correa lhe havia concedido em 2017.

Em 2019, Lenin Moreno reconheceu Juan Guaidó como presidente da Venezuela enquanto Guaidó pediu uma intervenção armada dos Estados Unidos para derrubar o governo do presidente eleito Nicolas Maduro.

Em 2020 Lenín Moreno fez um novo acordo humilhante para o Equador com o FMI e em 2021 ele pretende aprovar uma lei para tornar o Banco Central completamente independente do governo e, portanto, ainda mais servil para os interesses da banca privada.

Sua popularidade foi reduzida a nada: nas últimas pesquisas, Lenin Moreno teve uma taxa de aprovação de apenas 4,8%. Os resultados dos candidatos apoiados por Moreno nas eleições parlamentares e no primeiro turno das eleições presidenciais de fevereiro de 2021 não excederam 3%.

O programa de Guillermo Lasso e a nova fase

A chegada de Rafael Correa à presidência do Equador em 2007 foi graças às mobilizações sociais que aconteceram de 1990 a 2005. Sem essas mobilizações, as propostas de Correa não teriam tido o apoio que receberam e ele não teria sido eleito presidente. Infelizmente, após um bom começo, Correa entrou em conflito com uma parte importante dos movimentos sociais e optou por uma modernização do capitalismo extrativista-exportador. Mais tarde, seu sucessor Lenín Moreno rompeu com Rafael Correa, e voltou à política brutal do neoliberalismo. Esta política neoliberal de linha dura será desenvolvida por Guillermo Lasso. Ele anunciou claramente que quer baixar os impostos corporativos, que quer atrair investimentos estrangeiros, que quer dar ainda mais liberdade aos banqueiros, que quer consolidar a política de liberalização do comércio, aderindo à Aliança do Pacífico. É provável que Guillermo Lasso tente integrar líderes ligados a Pachakutik e CONAIE de uma forma ou de outra em seu governo ou administração. Se isso tiver êxito, CONAIE e Pachakutik surgirão ainda mais divididos do que na véspera do segundo turno das eleições. É fundamental para o futuro do campo popular opor-se radicalmente e ativamente ao governo que a Lasso formará.

Mais uma vez, serão as mobilizações sociais que poderão pôr um fim a estas políticas e colocar as medidas de mudança estrutural anti-capitalista indispensáveis para a emancipação de novo na agenda. A CONAIE e uma série de organizações sindicais, associações feministas, organizações políticas de esquerda e coletivos ambientais elaboraram em outubro de 2019 uma excelente proposta alternativa às políticas capitalistas, patriarcais e neoliberais, e deveria formar a base de um amplo programa governamental, chamado Programa do Parlamento Popular. A questão da rejeição das políticas do FMI, do Banco Mundial e das dívidas ilegítimas voltará ao centro das batalhas sociais e políticas. Em um documento tornado público em julho de 2020 por mais de 180 organizações populares equatorianas, encontramos a seguinte demanda: “suspensão do pagamento da dívida externa e realização de uma auditoria da dívida externa acumulada de 2014 até hoje, bem como um controle cidadão sobre o uso das dívidas contratadas”.

Reflexões finais sobre a votação de 11 de abril de 2021

Vamos analisar os dados oferecidos pelo dia da eleição de ontem.

Com 98,84% contados:

⇒ Arauz: 47,59%, correspondente a: 4.100.283 votos.

⇒Lasso: 52,4%, o que corresponde a 4.533.275 votos.

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

⇒Votos nulos: 16,33% correspondentes a 1.715.279 votos.

⇒Total de eleitores: 10.501.517 eleitores.

⇒Absenteísmo: 2.193.896 pessoas.

O voto nulo alcançou 9,5% no primeiro turno, cresceu 6,83%.

Em termos de votos:

⇒Voto nulo fevereiro 2021: 1.013.395 votos.

⇒Voto nulo abril 2021: 1.715.279 votos.

⇒Diferença: +701.884 votos.

Em termos gerais, grande parte desta diferença no voto nulo pode ser atribuída à campanha de Pachakutik, CONAIE, movimentos sociais e organizações esquerdistas. Isto significa que menos da metade de seus eleitores optou pelo voto nulo. Deve-se lembrar que Yaku Pérez obteve 19,39% no primeiro turno, o que equivale a 1.798.057 votos. Se assumirmos que a maioria deste voto corresponde ao voto de Pachakutik, isso significa que 39% de seus votos optaram pelo voto nulo. Caso, como é mais provável, haja outros setores que votaram nulo, não seria arriscado dizer que o voto nulo que corresponde a Pachakutik deveria ser de cerca de 30% de seu voto. Ou seja, um em cada três eleitores Pachakutik optou pelo voto nulo, que pode ser considerado seu voto duro.

Infelizmente, os 70% restantes foram para a Lasso, provavelmente em rejeição ao correísmo, devido à longa história de agressões contra o movimento popular, mas não deixou de significar um voto para a direita. Mostra também a fragilidade do voto por uma nova alternativa que escapa à polarização entre o correísmo e a direita tradicional.

Isto também mostra que se a CONAIE, Pachakutik e as outras organizações de esquerda que pediram o voto nulo tivessem chamado para votar contra a Lasso ou tivessem chamado para votar a favor da Arauz, era muito possível derrotar a Lasso e pressionar a Arauz a levar em conta as exigências expressas tanto no texto da CONAIE de outubro de 2019 quanto na proposta do parlamento popular de julho de 2020. Documentos excelentes que estão localizados à esquerda do conteúdo da campanha eleitoral da Yaku Pérez no primeiro turno, bem como do programa de Andrés Arauz.

***Eric Toussaint** *é professor na Universidade de Liège. É o porta-voz internacional do Comitê para a abolição das dívidas ilegítimas (CADTM).*

A Terra é Redonda

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.